



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL



IVONETE MARIA DA SILVA ALMEIDA

ACESSIBILIDADE FÍSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS.
Um problema de gestão?

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA

2012

IVONETE MARIA DA SILVA ALMEIDA



**ACESSIBILIDADE FÍSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS.
Um problema de gestão?**

Trabalho de conclusão do curso de Pós Graduação apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista no Curso de Gestão Pública Municipal.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Isaura Alberton de Lima

EDUCAÇÃO A DISTANCIA

CURITIBA

2012



TERMO DE APROVAÇÃO

ACESSIBILIDADE FÍSICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS. Um problema de gestão?

Por

Ivonete Maria da Silva Almeida

Esta monografia foi apresentada às 16:30h do dia 11 de dezembro de 2012 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

Prof^a. Dr^a Isaura Alberton de Lima
UTFPR – Campus Curitiba
(orientadora)

Prof^a. M.Sc. Ana Cristina Macedo Magalhães
UTFPR – Campus Curitiba

Prof^a. M.Sc. Hilda Alberton de Carvalho
UTFPR – Campus Curitiba

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus filhos Sílvino e Vívian, meu esposo Sílvio pela paciência, compreensão, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

À minha orientadora Professora Dra. Isaura Alberton de Lima, que me orientou, pela sua disponibilidade, interesse e receptividade com que me recebeu e pela prestabilidade com que me ajudou.

Agradeço aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, professores da UTFPR, Campus Curitiba.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

A minha amiga Silvana pela parceria nos momentos difíceis.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

O homem erudito é um descobridor de fatos que já existem - mas o homem sábio é um criador de valores que não existem e que ele faz existir.

(ALBERT EINSTEIN)

RESUMO

ALMEIDA, Ivonete Maria da Silva. Acessibilidade física nas escolas públicas. Um problema de gestão? 2012. 62. Monografia Especialização em Gestão Pública Municipal. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, ano 2012.

Sabe-se que é difícil ter um padrão de acessibilidade correto em todos os locais de acesso da população. Observamos que nas escolas públicas o acesso é ainda mais deficitário e está longe de uma solução por parte das autoridades. O projeto de inclusão mencionado da Constituição Federal de 1988 se estabelece a partir de ações do Poder Público com o intuito de assegurar a educação para todos em sua forma mais ampla, ou seja, o acesso e a permanência no ensino obrigatório, gratuito e de boa qualidade. A finalidade deste trabalho consiste em verificar as questões de acessibilidade presente nas escolas públicas municipais de ensino fundamental de 1º a 5º ano do município de Telêmaco Borba. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa através de pesquisa bibliográfica sobre a legislação e normas vigentes da ABNT NBR9050, questionário e registro de fotos realizadas nas escolas públicas municipais em que as adaptações arquitetônicas foram realizadas e das escolas onde não ocorreu nenhum tipo de adaptação, necessárias à inclusão do deficiente físico e de pessoas com mobilidade reduzida. Pode-se concluir que as escolas públicas precisam de investimentos urgentes para que possam se adequar às normas exigidas, uma vez que das 23 instituições avaliadas, 22 delas estão longe do padrão exigido, algumas adaptações foram realizadas como rampas de acesso, bebedouros e corrimãos. Somente uma escola está adaptada da maneira exigida pelas normas da ABNT, porém nesta escola ainda falta a sinalização adequada.

Palavras chave: acessibilidade, adequação, escolas públicas.

ABSTRACT

ALMEIDA, Ivonete Maria da Silva. PHYSICAL ACCESSIBILITY IN PUBLIC SCHOOLS. A public management problem? . 2012. 62. Monografia Especialização em Gestão Pública Municipal. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

It is known that it is difficult to have a standard of accessibility correct in all places of public access. We found that access in public schools is even more deficient and is far from a solution by the authorities. The inclusion project mentioned the 1988 Federal Constitution establishes itself from the actions of the Government in order to ensure education for all in its broadest form, ie, to enter and remain in compulsory education, free and good quality . The purpose of this work is to verify accessibility issues present in the public schools of elementary school from 1st to 5th year of Telêmaco Borba. The methodology used was a qualitative approach through a literature review on the law and rules of ABNT NBR9050, questionnaire and record photographs taken in public schools in that adjustments were made architectural and schools where there was any adjustment necessary the inclusion of physically disabled persons and persons with reduced mobility. It can be concluded that public schools need urgent investments so they can fit the standards required, since the 23 institutions evaluated, 22 of them are away from the required standard, some adjustments were made as ramps, handrails and troughs. only one school is adapted from the way required by ABNT, but this school still lacks the appropriate signage.

Keywords: accessibility, appropriateness, public schools.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bebedouro	25
Figura 2 – Corrimão Intermediário.	25
Figura 3 – Estantes em Bibliotecas	26
Figura 4 – Terminais de Consulta	27
Figura 5 – Acesso às Salas de Aula com Escadarias Estreitas	38
Figura 6 – Acesso às Salas de Aula por Escada	39
Figura 7 – Acesso á Biblioteca com Degraus e Escadaria Escorregadia	39
Figura 8 – Acesso á Salas de Aula com Degraus Escorregadios e sem Corrimão	39
Figura 9 – Banheiros sem Adaptação com Pias Altas demais e Piso Escorregadio	39
Figura 10 – Balcão da Cantina sem Acesso	40
Figura 11 – Bebedouro Adaptado Sem Sinalização Adequada	40
Figura 12 – Desnível na Entrada da Sala de Aula	40
Figura 13 – Acesso à Escola com Grelha e Degrau	40
Figura 14 – Banheiro Adaptado Sem Sinalização	41
Figura 15 – Escola Adaptada Sem Sinalização	42
Figura 16 – Sinalização Universal	43
Figura 17 – Rampa de Acesso Sem Corrimão	43
Figura 18 – Rampa em Construção Com Corrimão muito alto	43
Figura 19 – Acesso à Escola Com Escadas e Rampa Sem Corrimão e Com Piso Irregular	43

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Estimativa da População de Telêmaco Borba – 1991/2010	33
Tabela 2 – Índice Iparades de Desempenho Municipal.....	34
Tabela 3 – Número de Escolas por Etapa de Ensino – Rede Municipal de Telêmaco Borba 2007/2010	35
Tabela 4 – Ensino Fundamental – Matrícula Inicial por Dependência Administrativa	36
Tabela 5 – Acessibilidade nas Escolas Municipais	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 OBJETIVOS	12
1.1.1 Objetivo Geral	12
1.1.2 Objetivos Específicos	12
1.2 METODOLOGIA	13
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 ASPECTOS DA DEFICIÊNCIA FÍSICA	20
2.2 RECOMENDAÇÕES DE ADAPTAÇÃO CONFORME ABNT NBR 9050/2004	23
2.2.1 Bibliotecas e Centros de Leitura	26
2.3 ESCOLA ACESSÍVEL	27
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	31
3.1 LOCAL DA PESQUISA	32
3.1.1 Aspectos Populacionais	33
3.1.2 Aspectos Socioeconômicos	33
3.1.3 Aspectos Educacionais	34
3.1.4 Rede Escolar	35
3.1.5 Matrícula Inicial	35
4 RESULTADO DO ESTUDO	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	45
ANEXO (S)	52

1 INTRODUÇÃO

Acessibilidade é a ideia de um mundo sem obstáculos, ou seja, o direito de ir e vir, respeitado e colocado em prática, pois assim, se todos respeitassem as diferenças existentes entre as pessoas de se locomoverem, o mundo seria muito mais justo.

A acessibilidade é antes de mais nada, uma forma de inclusão social dando oportunidade a qualquer indivíduo de exercer a sua escolha individual e é, portanto, uma abordagem centrada na “pessoa” e nas suas condições e capacidades físicas, sociais e econômicas. No fundo, é uma forma de designar “desenho inclusivo”, que Alves (2006:12) refere de “metonímia de acessibilidade para todos”, e corresponde à qualidade com que decorrem as deslocações.

Já o conceito de mobilidade está relacionado com o ato do movimento, atributo associado às pessoas e bens e que relaciona as necessidades de deslocação com as peculiaridades de cada território, serviços, equipamentos e oportunidades (Giuliano, et al., 2003), fazendo-se uso de um conjunto de informação que possa otimizar as deslocações com acesso a bens comuns. Servem, comumente, estas deslocações para satisfazer necessidades físicas, institucionais e econômicas, obrigações e preferências dos indivíduos e das empresas (Bastos Silva e Silva, 2008a; Hanson, 2004), manifestando uma grande dependência dos meios tecnológicos e do modelo de organização territorial, cultural e do sistema de transportes.

Segundo o Decreto nº 5.296 (Dec nº 5.296 de 02/12/2004, 2004), acessibilidade está relacionada em fornecer condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

No mesmo documento, barreiras são definidas como qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação.

Todos devem ter direitos, deveres e acessos, porém, o mais importante é o

respeito às diferenças pessoais. Ao se reconhecer as diversidades e suas necessidades próprias, estamos permitindo suas livres escolhas e a igualdade de oportunidades, chegando definitivamente a uma sociedade mais justa, exercendo seu papel de pluralidade inclusiva, baseada nos direitos humanos.

A inclusão social não é resultado de doações, ela busca o compromisso pessoal e atitudinal para melhorar a vida da sociedade como um todo, o direito à dignidade plena. A falta de conhecimento da Sociedade reforça ainda mais a necessidade da busca de conhecimento sobre os critérios de acessibilidade. Não apenas como atendimento a Legislação vigente, mas como a necessidade de direitos iguais ao uso e acesso aos espaços públicos. O “Estatuto da Cidade” garante o Direito à Cidade para todos, amplia a tradicional visão sobre a melhoria da qualidade de vida das pessoas¹.

Nas escolas, os espaços devem ser democráticos, prevendo o acesso das pessoas com necessidades especiais. Para que isso aconteça, algumas atitudes devem ser tomadas para favorecer a acessibilidade como a instalação de rampas, corrimão, adequação dos pisos, revisão dos acessos, adequação dos sanitários e entorno do colégio.

A educação de qualidade é definida como aquela que é acessível e inclusiva, ou seja, que abre oportunidades para grupos historicamente excluídos e promove as reformas educacionais necessárias para que as escolas possam propiciar um ambiente adequado à aprendizagem no sentido de fortalecer as alianças e de enfatizar que nenhuma aprendizagem se dá no isolamento.

1.1 OBJETIVOS

1.1.2 OBJETIVO GERAL

Verificar as questões de acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência, em escolas públicas do Município de Telêmaco Borba

1.1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Verificar as condições reais de inclusão, quanto as questões de

¹ Ambiente Brasil. Disponível em:
http://ambientes.ambientebrasil.com.br/arquitetura/acessibilidade/o_que_significa_acessibilidade.html

adaptações arquitetônicas, presentes nas escolas públicas do Município;

- ✓ Possibilitar o conhecimento sobre o direito à acessibilidade dos educandos com mobilidade reduzida e/ou deficiência física;
- ✓ Levantar dados sobre os recursos financeiros disponíveis nas escolas para a acessibilidade.

1.2 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de caráter descritivo no sentido de verificar a existência de adaptações arquitetônicas, ofertadas nas escolas para as pessoas com deficiências físicas ou mobilidade reduzida, em condições de acessibilidade adequadas e de permanência, para que assim tenha oportunidade de assumir seu espaço na sociedade.

A primeira etapa realizou-se através do levantamento bibliográfico da legislação sobre a inclusão, acessibilidade e dos principais pressupostos da Norma NBR 90/50 da ABNT.

Após, analisou-se as 23 escolas do município para coleta dos dados no que se refere às adaptações na estrutura física, os recursos financeiros disponíveis e projetos específicos, através de questionário enviado à Secretaria Municipal de Educação e, solicitado autorização para realização da pesquisa com os devidos registros fotográficos das escolas selecionadas.

O foco desta coleta foram as informações obtidas pelos questionários e pelos registros fotográficos das escolas, destacando a existência ou não de barreiras ou adaptações e, a adequação do ambiente institucional para a inclusão.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho está organizado em cinco capítulos partindo da fundamentação teórica a parte prática do trabalho e finalizando com as considerações a respeito da pesquisa realizada.

Primeiramente são apresentados os objetivos com uma abordagem a respeito das definições sobre o tema assim como dos entraves relacionados a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida ao espaço

escolar.

O capítulo 2 trata do marco teórico, onde são abordados temas sobre os principais pressupostos acerca da legislação que envolve os direitos das pessoas com deficiência incluindo a norma NBR 90/50 da Associação Brasileira de Normas, posteriormente, serão apresentados os tipos de deficiência e suas características.

O capítulo 3 apresenta a metodologia utilizada na elaboração desta pesquisa, programas e projetos que visam a prestação de apoio técnico e financeiro com a elaboração de projetos, produção e distribuição de recursos educacionais e financeiros para promoção da acessibilidade, perpassando por uma breve apresentação dos aspectos físicos, populacionais econômicos e educacionais do município de Telêmaco Borba.

O capítulo 4 apresenta os resultados obtidos na observação realizadas nas 23 escolas municipais de ensino fundamental da 1ª fase, ou seja, do 1º ao 5º ano com registro das fotografias tiradas nos locais da pesquisa e resultados dos questionários respondidos por pessoas que trabalham na administração destas escolas, ou seja, diretoras, secretárias ou coordenadora pedagógica.

O capítulo 5 apresenta as considerações finais com uma análise sobre o que foi observado e registrado nas dependências das escolas por meio das fotografias e da observação a despeito da adequação existente aproximando-se ou não da legislação prevista de acordo com as normas da ABNT 90/50 da Associação Brasileira de Normas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Existem inúmeras barreiras que impedem que a Educação Inclusiva se torne realidade no cotidiano das nossas escolas, algumas bastante significativas, e têm sido exaustivamente apontadas na literatura, como, por exemplo, a precária ou inexistente acessibilidade física das escolas. Algumas são bastante significativas e têm sido exaustivamente apontadas na literatura, como, por exemplo, o despreparo dos professores, o número excessivo de alunos nas salas de aula, a precária ou inexistente acessibilidade física das escolas, e a rigidez curricular e das práticas avaliativas (BUENO, 1999, 2001; GLAT & NOGUEIRA, 2002; MENDES, 2001, 2002, 2003; SANTOS, 2002, 2002a; BAUMEL, 2003; BRAUN, SODRÉ & PLETSCH, 2003; GLAT, FERREIRA, OLIVEIRA & SENNA, 2003; PLETSCH, 2005, PLETSCH & FONTES, 2006, RODRIGUES, 2006, entre outros).

O projeto de inclusão mencionado da Constituição Federal de 1988 se estabelece a partir de ações do Poder Público com o intuito de assegurar a educação para todos em sua forma mais ampla: o acesso e a permanência no ensino obrigatório, gratuito e de boa qualidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei No 9.394 de 20 de dezembro de 1996) prevê a garantia de vagas na escola regular para educandos portadores de necessidades especiais desde a Educação Infantil.

Para isso a instituição de ensino deve estar pronta para receber o educando portador de necessidades especiais e/ou mobilidade reduzida. Isso compreende não só a adaptação do espaço arquitetônico da instituição como também a habilitação e capacitação de profissionais para que a inclusão dos portadores de necessidades especiais no contexto educacional aconteça naturalmente.

De acordo com as Normas Técnicas Brasileiras de Acessibilidade (ABNT/NBR – 9050/2004²), “acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de

² A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o Fórum Nacional de Normalização. As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB), dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS) e das Comissões de Estudo Especiais Temporárias (ABNT/CEET), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas por representantes dos setores envolvidos, delas fazendo parte: produtores, consumidores e neutros (universidades, laboratórios e outros). A ABNT NBR 9050 foi elaborada no Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-40), pela Comissão de Edificações e Meio (CE-40:001.01). O Projeto circulou em Consulta Pública conforme Edital nº 09 de 30.09.2003, com o número Projeto NBR 9050.

edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”.

Sendo assim, todos os espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender ao disposto nesta Norma para serem considerados acessíveis.

É então, neste contexto, que a escola deve se tornar o ambiente mais acessível e adaptado para inclusão de seus alunos portadores de necessidades educacionais especiais, bem como de modificações e adaptações na sua estrutura física, para que ocorra a eliminação de qualquer tipo de barreira ao ensino escolar de qualidade.

Muitas vezes, a solução para os problemas arquitetônicos e estruturais não está na construção de novos empreendimentos, mas nas adaptações necessárias desses espaços aos deficientes físicos, para que deixem sua condição de excluídos da sociedade e passem a manter uma relação de autonomia e segurança em todos os âmbitos sociais, inclusive no escolar. Nesse aspecto priorizamos a inclusão escolar, que “implica numa reorganização estrutural da escola, de todos os elementos da prática pedagógica, considerando o dado do múltiplo, da diversidade e não mais o padrão, o universal” (C. MARQUES e L. MARQUES, 2003, p. 235).

Nem sempre o acesso de todos sem distinção a locais públicos foi permitido. O processo de exclusão social de pessoas com deficiência ou alguma necessidade especial é tão antigo quanto a socialização do homem. A estrutura das sociedades desde os seus primórdios, sempre inabilitou os portadores de deficiência, marginalizando-os e privando-os de liberdade, essas pessoas sem respeito, sem atendimento, sem direitos, sempre foram alvo de atitudes preconceituosas e ações impiedosas (MACIEL, 2000).

Nas décadas de 80 e 90, houve uma proposta inovadora em relação à proposta anteriormente citada, cujos resultados não modificaram a realidade educacional. Essa nova concepção propunha que os sistemas educacionais passassem a ser responsáveis por criar condições de promover uma educação de qualidade e proporcionar adequações que atendessem às necessidades requisitadas.

[...] esse paradigma é o da inclusão social – as escolas (tanto comuns como especial) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências

e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas) (SASSAKI, 1998, p.09-17).

Segundo Carvalho (2005), a Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada em Jomtien/Tailândia 1990, ao abordar a importância de universalizar o acesso à educação e promover a equidade, destacou que as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de necessidades especiais requerem atenção especial e é preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de necessidade especial, como parte integrante do sistema educativo.

Soler (2005) observa que desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) está acontecendo uma verdadeira revolução no sistema educacional brasileiro, o qual demonstra estar empenhado na tarefa de se transformar em um sistema que reconheça e valorize a diversidade.

Soler (2005) salienta ainda que o termo inclusão foi verdadeiramente oficializado no campo educacional em 1994 com a Declaração de Salamanca, em Salamanca – Espanha, sendo essa uma Conferência Mundial de Educação Especial, representando 98 Governos e 25 Organizações Internacionais que aconteceu entre 7 e 10 de junho. Trata-se de uma resolução, a qual apresenta os Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994):

“Aquele com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deve acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança e ser capaz de satisfazer tais necessidades.” (UNESCO, Declaração de Salamanca, 1994)

No entanto, Sasaki (2006) afirma que no Brasil, temos uma legislação bastante variada e rica, mas que contém muitos pontos negativos, funcionando como discriminação às avessas. Salienta que são necessárias leis de caráter inclusivista, para que todas as pessoas possam se sentir pertencentes à sociedade, com oportunidades iguais.

A ABNT NBR 9050/2004, entende por acessível “todo espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado,

utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, implicando tanto em acessibilidade física quanto de comunicação”.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas, em 2004 estabeleceu a segunda edição da NBR 9050 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, a qual possui como objetivo principal estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados na construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos quanto às condições de acessibilidade.

O Decreto 5.296 de 2 de Dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, determina no seu Artigo 5º que:

Os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. (Dec. 5296/2004 art. 5º)

No parágrafo 1º considera-se, para os efeitos deste Decreto, pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei nº 10.690/2003 como sendo aquela que possui limitação ou incapacidade para desempenho de atividade. (Dec. 5.296/2004). E ainda define deficiência nas seguintes categorias:

[...] alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação, ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2004, p. 02).

E para os fins de acessibilidade, considera-se:

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; (Dec. 5.269/2004, Art. 8º)

Neste mesmo decreto, barreiras são definidas como qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação.

As barreiras urbanísticas são definidas como aquelas existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público e barreiras urbanísticas as existentes no

entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum.

Sendo assim, entendemos que nas escolas públicas deve encontrar uma maneira de eliminar as barreiras existentes para oferecer o acesso necessário. De acordo com o Art. 24 do Dec. 5.269/2004:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. (Dec. 5.269/2004, Art. 24).

De acordo com a legislação vigente. Para que um estabelecimento de ensino tenha sua autorização de funcionamento, abertura ou renovação de curso concedidas ele deverá comprovar que está cumprindo todas as regras previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica ou no Decreto 5.269 de 12 de dezembro de 2004.

Este Decreto diz que o estabelecimento entre outras definições, deve comprovar que coloca à disposição de alunos e funcionários portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas. As escolas devem comprovar que em seu ordenamento interno:

(...) contém normas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas. (Dec. 5.296/2004).

Matiskei (2004) atribui ao Estado a tarefa de buscar caminhos para a superação dos obstáculos presentes na sociedade que distanciam os excluídos do acesso aos bens e serviços e, especificamente quanto à inclusão escolar (direito à educação).

Segundo estimativa da ONU, para os países em estágio de desenvolvimento, no Brasil, 10% da população são portadores de algum tipo de deficiência, ou seja, 15 milhões de pessoas, a maioria deles na faixa etária de zero a seis anos. Desses, 6 milhões e 500 mil são deficientes mentais; 3 milhões e 500 mil deficientes físicos; 1 milhão e 800 mil auditivos; 2 milhões e 350 mil deficientes múltiplos e 850 mil deficientes visuais. (MORAES, 2004).

Para alunos com deficiência física, as decisões sobre adequações curriculares podem incluir as modalidades de apoio que favoreçam ou viabilizem a sua eficácia, favorecendo oportunidades de acesso a bens e serviços, informações e relações no ambiente em que se vive. O apoio tende a favorecer a autonomia, a produtividade, a integração e a funcionalidade no ambiente escolar e comunitário.

Podemos caracterizar como medidas efetivas as seguintes propostas do PCN – Necessidades Educacionais Especiais (BRASIL, 1999b):

Sistemas aumentativos ou alternativos de comunicação adaptados às possibilidades do aluno impedido de falar: sistemas de símbolos (baseados em elementos representativos, em desenhos lineares, sistemas que combinam símbolos pictográficos, ideográficos e arbitrários, sistemas baseados na ortografia tradicional, linguagem codificada), auxílios físicos ou técnicos (tabuleiros de comunicação ou sintetizadores mecânicos, tecnologia microeletrônica), e outros; (BRASIL, 1999b)

Adaptação dos elementos materiais: edifício escolar (rampa deslizante, elevador, banheiro, pátio de recreio, barras de apoio, alargamento de portas, etc.) mobiliário (cadeiras, mesas e carteiras); materiais de apoio (andador, coletes, abdutor de pernas, faixas restringidoras, etc.); materiais de apoio pedagógico (tesoura, ponteiras, computadores que funcionam por contato, por pressão ou outros tipos de adaptação, etc) (BRASIL, 1999b).

Deslocamento de alunos que usam cadeira de rodas ou outros equipamentos, facilitado pela remoção de barreiras arquitetônicas;

De acordo com (BRASIL, 1999b, p. 54), elementos de apoio são familiares, amigos, profissionais que atuam na escola, recursos físicos, materiais e ambientais,, as atitudes, os valores, crenças, princípios, as deliberações e decisões políticas, legais e administrativas, os recursos técnicos e tecnológicos e também os programas e serviços de atendimentos genéricos e especializados.

2.1 ASPECTOS DA DEFICIÊNCIA FÍSICA

Deficiência física pode ser definida como “diferentes condições motoras que acometem as pessoas comprometendo a mobilidade, a coordenação motora geral e da fala, em consequência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou más formações congênitas ou adquiridas” (BRASIL, 2004).

Alguns aspectos da deficiência física podem ser levados em consideração

quando analisarmos sua classificação.

Segundo o Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial (BRASIL, 2006b), ela pode ser classificada como “temporária”, que é aquela que quando tratada, permite que o indivíduo volte às suas condições anteriores; “recuperável”, quando permite melhora diante do tratamento, ou suplência por outras áreas não atingidas; “definitiva”, quando apesar do tratamento, o indivíduo não apresenta possibilidade de cura, substituição ou suplência.

Há também a deficiência “compensável”, a qual permite melhora por substituição de órgãos. Por exemplo, a amputação compensável pelo uso da prótese (BRASIL, 2006, p. 19).

Segundo as mesmas fontes, a deficiência física pode ser de causa “hereditária” quando resulta de doenças transmitidas por genes, podendo manifestar-se desde o nascimento, ou aparecer posteriormente; de forma “congenita”, quando existe no indivíduo ao nascer e, mais comumente, antes de nascer, isto é, durante a fase intra-uterina ou pode ser “adquirida”, quando ocorre depois do nascimento, em virtude de infecções, traumatismos, intoxicações (BRASIL, 2006b, p.19).

Além das causas já citadas, algumas doenças, acidentes ou lesões podem provocar a deficiência física como as “doenças no sistema osteoarticular”, as quais caracterizam-se por provocar destruição, deformidade, má formação ou processo inflamatório comprometendo os ossos e/ou articulações”.

Estas doenças podem ser causadas por problema traumático ou genético, alteração no desenvolvimento embrionário, doenças vasculares, sanguíneas, degenerativas e infecciosas, tumores, alterações metabólicas, má postura e alterações de outros órgãos, aparelhos ou tecidos; (BRASIL, 2006b, p.19).

As doenças musculares caracterizam-se por: (a) atrofia muscular neurógenas, decorrentes de alteração do sistema nervoso central ou periférico que, pela falta de estímulos neurógenos para o trofismo e a atividade contrátil do músculo, levam à perda da força e atrofia; (b) atrofia miógenas, decorrentes da alteração das próprias fibras musculares.

Entre as miopatias – doenças do músculo – as mais comuns são: distrofias musculares progressivas – caracterizada pela diminuição da força e atrofia progressiva pela degeneração das fibras, de origem genética; miopatias metabólicas – anomalias bioquímicas, de causa genética, que interferem no desenvolvimento

normal da contração muscular; e miosites – doenças inflamatórias dos músculos, de causas infecciosas, parasitárias e degeneração do tecido conjuntivo do músculo.

Doenças do Sistema Nervoso – Provocada por afecções (doenças) do sistema nervoso central (encefálico e medula) e do sistema nervoso periférico (gânglios, raízes e nervos), que podem ter várias causas: genéticas, infecciosas, tóxicas, metabólicas, alérgicas, vasculares, traumáticas, tumorais e até desconhecidas.

As doenças podem assumir várias formas como afecções das raízes raquídeas e dos nervos periféricos, que interrompem os impulsos motores, sensoriais e vegetativos entre o sistema nervoso central e os músculos, pele e órgãos, trazendo alterações variadas e acordo com a sede e a causa da lesão;

Afecção da união neuromuscular, cujo quadro mais comum é o da Miastenia gravis, caracterizado pela fraqueza e cansaço fácil dos músculos voluntários durante a atividade que melhora com o repouso.

Afecções da medula, que, em geral, interrompem os impulsos nervosos que transitam pelas fibras de neurônios motores e sensoriais, entre as estruturas periféricas e o encéfalo, levando a perturbações vegetativas e esfinterianas, da motricidade da coordenação, do tônus, da sensibilidade.

E também afecções do encéfalo, que pode levar a lesões do tronco encefálico, que se manifestam não só por alterações motoras e sensoriais, por ser um local de trânsito de fibras nervosas entre a medula e o encéfalo e ter núcleos de origem de nervos cranianos, como também, e principalmente, por ser a sede dos centros vegetativos vitais, como os centros vasomotores, respiratórios.

As alterações corticais podem apresentar sinais irritativos (crises epiléticas) e deficitários com alterações motoras, sensoriais, perceptivas, psíquicas, da linguagem e vegetativas, na dependência do lóbulo afetado.

As alterações da parte profunda dos hemisférios levam ao aparecimento de movimentos involuntários anormais, tremores, espasmos e alterações do tônus muscular; afecções do cerebelo que levam a alterações do tônus, da coordenação e do equilíbrio.

A lesão medular – Caracteriza-se pela interrupção da passagem de estímulos nervosos pela medula. A lesão pode ser: (a) completa, quando não existe movimento voluntário abaixo do nível da lesão; e (b) incompleta, quando há algum movimento voluntário ou sensação abaixo do nível da lesão.

A lesão medular pode ser: (a) de origem traumática, geralmente associada à acidentes automobilísticos ou motociclísticos, mergulho, agressão com arma de fogo ou queda; e (b) de origem patológica: hemorragias, tumores, infecções por vírus, e etc. (BRASIL, 2006b p. 20-22).

Ostomia é uma intervenção cirúrgica para construção de um novo trajeto para saída de fezes e urina. Quando é realizada no intestino grosso, chamamos de colostomia; quando é realizada no intestino delgado (fino) chamamos de ileostomia.

Queimaduras – Muito frequentes em crianças, levam ao desfiguramento e alteram a elasticidade dos tecidos, limitando os movimentos. Em alguns casos, dependendo da gravidade da queimadura, é necessário realizar a amputação de um ou mais membros. (BRASIL, 2006b p. 20-22).

Paralisia cerebral – Lesão não progressiva do cérebro em desenvolvimento. É uma lesão provocada, muitas vezes, pela falta de oxigenação nas células cerebrais. Uma criança com paralisia cerebral pode apresentar alterações que variam desde pequenas alterações motoras ou uma maneira diferente de andar até a inabilidade para escrever ou segurar um objeto, falar ou deglutir. Existem várias formas clínicas, associadas ou não à deficiência mental, a epilepsia e aos distúrbios sensoriais (BRASIL, 2006b p. 20-22).

Deficiência múltipla: segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais Necessidades Educacionais Especiais (BRASIL, 1999b) é a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditiva/física), com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa. (BRASIL, 2006b p. 20-22).

As classificações costumam ser adotadas para dar dinamicidade aos procedimentos e facilitar o trabalho educacional, conquanto isso não atenuem os efeitos negativos de seu uso. É importante enfatizar, primeiramente, as necessidades de aprendizagem e as respostas educacionais requeridas pelos alunos na interação dinâmica do processo de ensino aprendizagem (BRASIL 1999b).

2.2 RECOMENDAÇÕES DE ADAPTAÇÕES CONFORME ABNT NBR 9050/2004

A Associação Brasileira de Normas Técnicas formulou normas específicas para acessibilidade, fundamentadas nos referidos instrumentos jurídicos, que vêm

apoiar a execução de projetos que objetivem a realização de intervenções arquitetônicas urbanísticas e nos meios de transportes, por parte dos diferentes agentes políticos da sociedade.

Segundo a ABNT 9050/1994, promover a acessibilidade no ambiente construído é proporcionar condições de mobilidade, com autonomia e segurança, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas. Quanto às escolas estabelece as seguintes recomendações:

A entrada de alunos deve estar preferencialmente, localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos. (ABNT 9050/2004. p.87).

Deve existir pelo menos uma rota acessível interligando o acesso de alunos às áreas administrativas, de prática esportiva, de recreação, de alimentação, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, centros de leitura e demais ambientes pedagógicos. Todos estes ambientes devem ser acessíveis. (ABNT 9050/2004. p.87).

Em complexos educacionais e campi universitários, quando existirem equipamentos complementares como piscinas, livrarias, centros acadêmicos, locais de culto, locais de exposições, praças, locais de hospedagem, ambulatórios, bancos e outros, estes devem ser acessíveis. (ABNT 9050/2004. p.87).

Pelo menos 5% dos sanitários, com no mínimo um sanitário para cada sexo, de uso dos alunos, devem ser acessíveis. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade. (ABNT 9050/2004. p.87).

Todos os elementos do mobiliário interno devem ser acessíveis, garantindo-se as áreas de aproximação e manobra e as faixas de alcance manual, visual e auditivo. (ABNT 9050/2004. p.87).

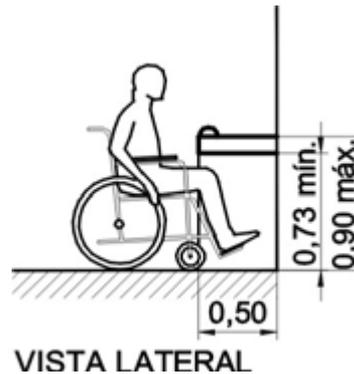
Nas salas de aula, quando houver mesas individuais para alunos, pelo menos 1% do total de mesas, com no mínimo uma para cada duas salas de aula, deve ser acessível a P.C.R. (ABNT 9050/2004. p.87).

Quando forem utilizadas cadeiras do tipo universitário (com prancheta acoplada), devem ser disponibilizadas mesas acessíveis a P.C.R. na proporção de pelo menos 1% do total de cadeiras, com no mínimo uma para cada duas salas. (ABNT 9050/2004. p.87).

As lousas devem ser acessíveis e instaladas a uma altura inferior máxima de 0,90 m do piso. Deve ser garantida a área de aproximação lateral e manobra da cadeira de rodas. (ABNT 9050/2004. p.87).

Todos os elementos do mobiliário urbano da edificação como bebedouros, guichês e balcões de atendimento, bancos de alvenaria, entre outros, devem ser acessíveis. (ABNT 9050/2004. p.87).

O bebedouro acessível deve possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso, podendo avançar sob o bebedouro até no máximo 0,50; (ABNT 9050/2004. p.87).



VISTA LATERAL
 Figura 1 Bebedouro
 Fonte: ABNT 9050/2004

As escadas devem ser providas de corrimãos em duas alturas. (ABNT 9050/2004. p.87).

Quando se tratar de escadas ou rampas com largura superior a 2,40 m é necessário à instalação de corrimão intermediário. (ABNT 9050/2004. p.87).

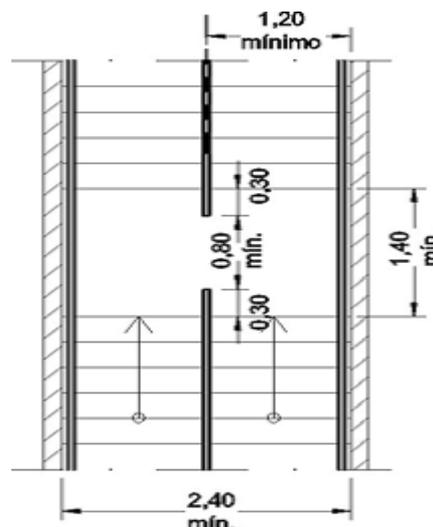


Figura 2 - Corrimão intermediário
 Fonte: ABNT 9050/2004

Cabe a escola reduzir em seu ambiente as situações que configuram a falta de acessibilidade, como a instalação de corrimãos adequado nas rampas de acesso,

possibilitando o deslocamento das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida no espaço escolar de modo que propicie a todos o acesso aos locais necessários sem barreiras ou obstáculos.

2.2.1 BIBLIOTECAS E CENTROS DE LEITURA

Para que ocorra o acesso de todas as pessoas indiscriminadamente é necessário que todos os locais sejam acessíveis, por isso a Associação Brasileira de Normas Técnicas dispõe algumas recomendações a serem seguidas em outros espaços escolares.

Nas bibliotecas e centros de leitura, os locais de pesquisa, fichários, salas para estudo e leitura, terminais de consulta, balcões de atendimento e áreas de convivência devem ser acessíveis. (ABNT 9050/2004. p.88).

Pelo menos 5%, com no mínimo uma das mesas devem ser acessíveis. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade. (ABNT 9050/2004. p.88).

A distância entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura. (ABNT 9050/2004. p.88).

Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se a rotação de 180°. (ABNT 9050/2004. p.88).

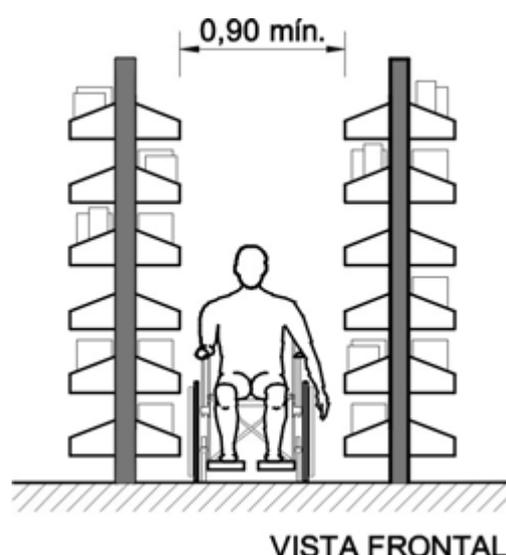


Figura 3 - Estantes em Bibliotecas
Fonte: ABNT 9050/2004

A altura dos fichários deve atender às faixas de alcance manual e parâmetros visuais. (ABNT 9050/2004. p.87).

Recomenda-se que as bibliotecas possuam publicações em Braille, ou outros recursos audiovisuais. (ABNT 9050/2004. p.88).

Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet devem ser acessíveis a P.C.R. e P.M.R. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade. (ABNT 9050/2004. p.88).

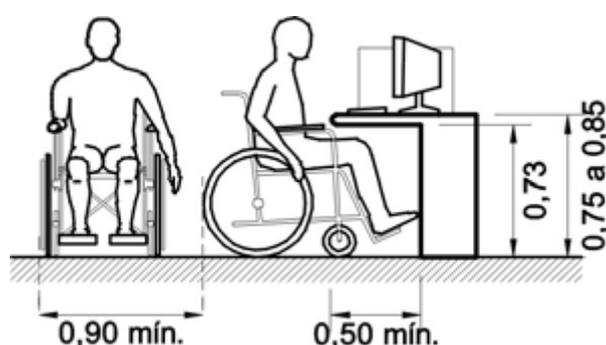


Figura 4 — Terminais de consulta
Fonte: ABNT 9050/2004

Mediante um puro trabalho e cálculo através de medidas simples, é possível fazer um ambiente seguro e acessível a todos, de maneira que não haja exclusão e que com fatores de proporcionalidade tenha-se simetria e um traçado regulador. (GOROVITZ, 2003).

2.3 ESCOLA ACESSÍVEL

O Ministério da Educação/MEC por meio da Secretaria de Estado da Educação Especial/SEESP e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, implementa o Programa Escola Acessível, que objetiva a promoção da acessibilidade e apoio à inclusão escolar dos alunos público-alvo da educação especial em classes comuns do ensino regular.

O Decreto no 7.611/2011 assegura que o Ministério da Educação prestará apoio técnico e financeiro para a adequação arquitetônica de prédios escolares, elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade,

visando prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos estudantes público alvo da educação especial.

Promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular.

O Ministério da Educação em parceria com os Sistemas de Ensino implementa políticas públicas visando assegurar o direito à educação e promover autonomia e independência das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no contexto escolar. Nesta perspectiva, os sistemas de ensino modificam sua organização, assegurando aos estudantes público alvo da educação especial, matrícula nas classes comuns e oferta do atendimento educacional especializado, previsto no projeto político pedagógico da escola.

As Diretrizes Curriculares Nacionais, expressas na Resolução n. 7 de 2010 do CNE, ressaltam que o Ensino Fundamental de Nove Anos deve comprometer-se com uma educação com qualidade social, igualmente entendida como direito humano. Em seus fundamentos, as Diretrizes ressaltam que:

§ 2 - A educação de qualidade, como um direito fundamental é, antes de tudo, relevante, pertinente e equitativa.

I – A relevância reporta-se à promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e de desenvolvimento pessoal.

II – A pertinência refere-se à possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses.

III – A equidade alude à importância de tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida, com vistas a obter desenvolvimento e aprendizagens equiparáveis, assegurando a todos a igualdade de direito à educação.

Sendo assim, é imprescindível uma reflexão sobre a situação da escola no presente momento histórico, como uma instituição que deveria dar conta da aprendizagem de todos os alunos nela inclusos.

O Programa Escola Acessível constitui uma medida estruturante para a consolidação de um sistema educacional inclusivo, concorrendo para a efetivação da meta de inclusão plena, condição indispensável para uma educação de qualidade.

Sua implementação, em 2012, parte de uma ação que integra o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite.

O Programa disponibiliza recursos, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, às escolas contempladas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.

No âmbito deste programa são financiáveis as seguintes ações:

- Adequação arquitetônica: rampas, sanitários, vias de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora;
- Aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistiva, bebedouros e mobiliários acessíveis;

Respaldado nos marcos legais, políticos e pedagógicos, expostos, o Programa Escola Acessível caracteriza-se como uma efetiva medida de eliminação de barreiras e promoção de autonomia aos estudantes, público alvo da educação especial.

O Ministério da Educação seleciona as Escolas que receberão equipamentos para o funcionamento das salas de recursos multifuncionais que tem alunos com necessidades educativas especiais, público-alvo da Educação Especial e que estão matriculados no ensino regular. Após o recebimento dos equipamentos, o MEC seleciona as escolas que receberão recursos financeiros para cumprir os objetivos do Programa Escola Acessível.

Em Telêmaco Borba, o Ensino Fundamental é ofertado em 23 escolas municipais, 15 escolas estaduais e 7 escolas particulares, estando quase totalmente universalizado, não fossem ainda os índices de evasão e repetência, principalmente nos anos finais.

Conforme informações da Secretaria Municipal de Educação da Cidade de Telêmaco Borba, os recursos do Programa Escola Acessível são repassados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao município por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) diretamente às unidades executoras, ou seja, para as contas correntes das Associações de Pais e Mestres das escolas.

No ano de 2010, duas escolas municipais foram selecionadas para receber as verbas proveniente deste Programa. No ano de 2011, foram selecionadas cinco escolas. O Ministério da Educação seleciona as escolas que serão contempladas com o recebimento da verba destinada ao Programa Dinheiro Direto na Escola de

acordo com as matrículas informadas no Censo Escolar.

O Município investe recursos próprios para gradativamente garantir a acessibilidade nas escolas municipais, de acordo com o Plano Municipal de Educação em seu texto base.

O Município tem por meta assegurar, nas reformas, ampliações e construções, os padrões de estrutura previstos, e que orientam o espaço visando a acessibilidade, o acesso a bibliotecas; o acesso a espaços para prática de esportes; o acesso a bens culturais e à arte; e equipamentos e laboratórios de ciências.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho foi realizado através da pesquisa bibliográfica e de natureza qualitativa, entendendo-a como sendo aquela em que o ambiente natural foi fonte direta dos dados. Através de um trabalho de campo foi realizada a coleta dos dados de forma neutra, revelando os diversos referenciais que o contexto da investigação apresentou (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.63).

Segundo Bogdan e Biklen (1982 apud LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.13), a pesquisa qualitativa ou naturalística envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação de enfoque, enfatizando mais o processo do que o produto.

De acordo com (ALVES, 1991; GOLDENBERG, 1999; NEVES, 1996; PATTON, 2002) “Na abordagem qualitativa, o pesquisador procura aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social – interpretando-os segundo a perspectiva dos participantes da situação enfocada, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito”.

Assim sendo, a interpretação, a consideração do pesquisador como principal instrumento de investigação e a necessidade do pesquisador de estar em contato direto e prolongado com o campo, para captar os significados dos comportamentos observados, revelam-se como características da pesquisa qualitativa (ALVES, 1991; GOLDENBERG, 1999; NEVES, 1996; PATTON, 2002).

Foram avaliadas 23 escolas públicas da Cidade de Telêmaco Borba que atendem 5021³ alunos do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série em idade média entre 06 e 14 anos, sendo todas as escolas sob administração municipal.

A avaliação foi feita através de observação empírica nas escolas que receberam as verbas do PDDE Acessibilidade e as demais escolas que receberam verbas provenientes do Município, APMF do Estabelecimento e apoio da comunidade local, onde foram observadas as condições da escola e suas instalações.

Utilizou-se um questionário que foi respondido pela Direção, Orientação

³ Quantidade de alunos matriculados até 05/11/2012, dados obtidos na Secretaria Municipal de Educação de Telêmaco Borba em 05/11/2012.

Pedagógica ou responsável na administração das escolas municipais de ensino fundamental 1ª fase do município de Telêmaco Borba, este questionário teve como objetivo coletar informações sobre as condições de acesso e permanência dos portadores de deficiências físicas ou mobilidade reduzida nas dependências das escolas, onde juntamente com a direção ou o responsável pelas mesmas, verificou-se a instalação desde a entrada, passando pelos corredores, salas de aula, bibliotecas, banheiros e finalmente as cantinas. Os itens do questionário correspondem às necessidades estabelecidas na NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT).

Durante a visita foram feitos registros de fotografias as quais foram confrontadas com as respostas do questionário apresentado aos responsáveis pelas escolas.

3.1 LOCAL DA PESQUISA

O local escolhido para realização desta pesquisa foram as escolas municipais de ensino fundamental de 1º ao 5º ano do Município de Telêmaco Borba.

O município de Telêmaco Borba está localizado ao Centro leste Paranaense e faz divisa ao Norte com o Município de Curiúva, a Oeste com o Município de Ortigueira, ao Sul com o Município de Tibagi, a Leste com o Município de Ventania e a Sudoeste com o Município de Imbaú. Seu perímetro está definido na Lei Municipal 4.738 de 05 de julho de 1963, alterada pela Lei 9.277 de 28 de maio de 1990 que desmembrou o município do Imbaú. Segundo dados do IBGE, a área total do município é de 1.382,863 km² e, de acordo com a Lei Municipal 1759/90, 19,90 Km² constitui a área urbana. Localiza-se a uma latitude 24°19'26" sul e a uma longitude 50°36'57" oeste, estando a uma altitude de 760 metros do nível do mar.

As distâncias em que Telêmaco Borba se encontra das principais cidades do Paraná são:

- de Curitiba: 241 Km.
- de Ponta Grossa: 130 Km.
- de Londrina: 191 Km.
- de Apucarana 166 Km.
- de Maringá 249 Km.

3.1.1 ASPECTOS POPULACIONAIS

A população de Telêmaco Borba é formada, principalmente, por paranaenses, paulistas e mineiros, tendo como maior fonte de emprego a indústria de papel Klabin S/A.

**Tabela 1 - ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DE TELÊMACO
BORBA – 1991/2010**

ANO	POPULAÇÃO	MÉTODO
1991	64.963	Censo
1996	64.477	Estimativa
2000	61.238	Censo
2001	61.625	Estimativa
2002	62.079	Estimativa
2003	62.469	Estimativa
2004	62.859	Estimativa
2005	63.743	Estimativa
2006	64.19	Estimativa
2007	65.797	Estimativa
2008	68.584	Estimativa
2009	69.278	Estimativa
2010	69.872	Censo

FONTE: IBGE / IPARDES - 2010

Entre o censo de 2000 e o de 2010, o número de habitantes do município cresceu em 14,10%, crescimento maior que do Estado que foi de 9,2% e, até mesmo, maior que do Brasil que foi de 12,3%.

Segundo o Censo do IBGE a população em 2010 era 69.872 de habitantes, a densidade demográfica de 50,43 hab/km² e o grau de urbanização de 97,95%.

3.1.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A população ocupada no ano de 2000, no município de Telêmaco Borba, era de 21.105 pessoas.

A cidade conta com um comércio varejista amplo e diversificado, em vários segmentos, como por exemplo, confecções, máquinas e equipamentos industriais,

concessionárias, utilidades, móveis e eletrodomésticos, alimentos etc. A ACITEL - Associação Comercial e Industrial de Telêmaco Borba é o órgão que representa a classe.

O município dispõe de várias empresas prestadoras de serviços que vão desde serviços de mecânica industrial e de automóveis a serviços médicos, de contabilidade, de advocacia, de educação, etc.

Conhecida como “capital do papel e da madeira”, a cidade tem o sexto maior polo industrial do Paraná, sendo centro de referência nacional no setor madeireiro. O parque industrial está subdividido em 4 distritos (distrito do aeroporto, distrito consolidado, distrito industrial do Triângulo e extensão do Triângulo).

O crescimento do município também é expresso através do Índice Iparde de Desempenho Municipal – IPDM, que avalia a situação dos municípios paranaenses, considerando, com igual ponderação as três principais áreas de desenvolvimento econômico e social: emprego, renda e produção agropecuária; educação; e saúde.

Tabela 2 – ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL

IPDM	2002	2005	2007	2008
Índice Iparde de Desempenho Municipal				
- Geral	0,6091	0,6401	0,7114	0,7134
Índice Iparde de Desempenho Municipal				
– Renda e Emprego	0,6091	0,6401	0,7114	0,7134
Índice Iparde de Desempenho Municipal				
– Educação	0,6032	0,6206	0,6730	0,7003
Índice Iparde de Desempenho Municipal				
– Saúde	0,6286	0,6463	0,7473	0,7778

FONTE: IPARDES

3.1.3 ASPECTOS EDUCACIONAIS

A implementação das políticas públicas da educação no âmbito municipal é de competência da Secretaria Municipal de Educação que é o órgão responsável por garantir o ingresso, a permanência e a aprendizagem dos alunos na sua formação inicial, abrangendo as dimensões históricas, sociais, culturais, políticas e de formação para o trabalho e para a cidadania.

O Conselho Municipal de Educação de Telêmaco Borba – CME foi criado pela Lei Municipal nº 1593/07 de 27 de abril de 2007 e regulamentado pelo decreto nº 13.960 de 1º de agosto de 2007. É um órgão colegiado de natureza autônoma, com funções normativas, deliberativas, fiscalizadoras e orientadoras das políticas públicas municipais, exercendo o papel de articulador e mediador das questões educacionais da sociedade local.

3.1.4 REDE ESCOLAR

Atualmente fazem parte da rede municipal de ensino 12 Centros Municipais de Educação Infantil, 23 Escolas municipais com turmas de Educação Infantil-Pré I e II, séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos-Fase I Etapas I e II.

Tabela 3 - NÚMERO DE ESCOLAS POR ETAPA DE ENSINO – REDE MUNICIPAL EM TELÊMACO BORBA – 2007/2010

ANO	CMEI	EDUCAÇÃO INFANTIL			ENSINO FUNDAMENTAL			EJA		
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2007	9	21	1	22	21	1	22	8	-	8
2008	10	21	1	2	21	1	22	9	-	9
2009	11	22	1	23	22	1	23	12	-	12
2010	12	22	1	23	22	1	23	10	-	10

FONTE: PMTB - SME

3.1.5 MATRÍCULA INICIAL

O Ensino Fundamental tem como objetivo principal a garantia de acesso, permanência, aprendizagem e conclusão em um ensino de qualidade com as condições necessárias para que isso aconteça. De acordo com a Constituição Federal de 88, o Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito e se traduz como um direito público subjetivo de cada um e como dever do Estado e da família. Com duração de 9 (nove) anos, abrange a população na faixa etária dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade e se estende, também, a todos os que, na idade própria, não tiveram condições de concluir esta etapa escolar, sendo considerada obrigatória

a matrícula para crianças com 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, nos termos da Lei e das normas nacionais vigentes.

Evolução da matrícula por dependência administrativa, níveis e modalidades de ensino no período de 10 anos.

Tabela 4 - ENSINO FUNDAMENTAL – MATRÍCULA INICIAL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 1ª A 4ª SÉRIE

ANO	MUNICIPAL	ESTADUAL	PRIVADA	TOTAL
2001	3993	789	275	5057
2002	4551	-	380	4931
2003	4747	-	449	5315
2004	4866	-	449	5315
2005	5061	-	475	5536
2006	5223	-	495	5718
2007	5281	-	577	5858
2008	5267	-	589	5856
2009	5067	-	598	5665
2010	4806	-	587	5393

FONTE: INEP

A exclusão da escola, de crianças na idade própria, seja por negligência do Poder Público, seja por omissão da família e da sociedade, é a forma mais perversa e irremediável de exclusão social, pois nega o direito elementar de cidadania, reproduzindo o círculo da pobreza e da marginalidade e alienando milhões de brasileiros de qualquer perspectiva de futuro.

Faz parte do Plano de Metas e Estratégias expresso no Plano Municipal de Educação 2011 – 2020, da Cidade de Telêmaco Borba⁴ definido como Meta 2 – Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos. E ainda: Garantir a ampliação progressiva, a partir de estudos e mapeamentos dos espaços, da implantação do tempo integral nas instituições públicas, em 30% até 2016 e 50% das escolas municipais até 2020, mantendo programa de reestruturação da parte física e pedagógica, dotando-as de recursos humanos e materiais. (Plano Municipal de Educação: 2011 – 2020. 2-10)

⁴ Disponível em Plano Municipal de Educação: 2011 – 2020 – Educação de Qualidade da Educação Infantil ao Ensino Superior – Texto Base – Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba.

4. RESULTADO DO ESTUDO

Das 23 escolas analisadas, verificamos que 22 escolas não possui projeto para eliminação de barreiras arquitetônicas e físicas. As adaptações são apenas mencionadas nos planos de ação apresentados pelos candidatos ao cargo de direção na época das eleições, após caem no esquecimento.

Constatou-se que apenas uma escola localizada próximo à área central da cidade foi construída de forma a oferecer acessibilidade física, dentro das normas exigidas pela ABNT, porém esta mesma escola não possui sinalização tátil ou visual de acordo com as normas vigentes.

Nas escolas que foram contempladas com verbas do Programa PDDE Acessibilidade, foram realizadas algumas adaptações como rampas de acesso na entrada da escola ou banheiro adaptado, a maioria das escolas informaram que as adaptações referente à inclusão que ocorreram foi na aquisição de materiais e equipamentos para uso nas salas de recursos, as quais recebem alunos com outros tipos de deficiências como dificuldades de aprendizagem, deficiência auditiva, entre outros e que, a verba não é suficiente para as adaptações físicas ou arquitetônicas necessárias para que se tenha a real acessibilidade física.

A pesquisa constatou que apenas dez alunos portadores de deficiência física frequentam as escolas públicas municipais de ensino fundamental, sendo 06 alunos cadeirantes e 04 com dificuldades na área motora, ou seja, com mobilidade reduzida.

Na questão onde se referia às adaptações físicas ou arquitetônicas necessárias para receber alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida, duas pessoas responsáveis pelas escolas, responderam que se algum aluno deficiente fosse matriculado, buscariam as adaptações necessárias.

Na questão sobre a necessidade de mobiliário adequado, uma pessoa respondeu que na escola não possui porque não haveria necessidade, outra respondeu que quanto ao uso da carteira escolar o pessoal da escola dá seu jeito próprio para adaptar o aluno cadeirante o mais difícil era o acesso á quadra de esportes onde existem degraus dificultando assim o acesso.

Quase todas as escolas analisadas, necessitam de modificações básicas para acessibilidade, pois foram verificadas barreiras como degraus no acesso às salas de aulas, banheiros sem adaptação adequada ou mal adaptados, balcões altos

nas cantinas e nas secretarias, acessos irregulares com pisos desnivelados, entre outros fatores que impedem a acessibilidade.

As necessidades constatadas durante a visita as escolas foram expressas conforme tabela abaixo:

Tabela 5 – ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Total de escolas: 23	Não possui
Rampas de Acesso	61%
Guia rebaixada	52%
Corrimão	70%
Banheiros adaptados	39%
Portas acessíveis	65%
Mobiliário adaptado	87%
Desnível na entrada da sala de aula	61%
Balcão acessível na cantina	91%
Sinalização adequada	100%
Bebedouro adaptado/adequado	57%

FONTES: AUTORIA PRÓPRIA

Em 7 escolas municipais foi observada a existência de degraus para o acesso às salas de aula, por serem escolas com mais de um andar conforme figura 5. Nesses locais o acesso é restrito às pessoas ditas “normais”. Se houver matrícula de aluno portador de deficiência ou com mobilidade reduzida, ele será acomodado em salas de aula do andar térreo, onde não há escadas. Para superar as necessidades existentes, são feitas adaptações em outros espaços.



Figura 5 - Acesso às salas de aula com escadarias estreitas
 Fonte: Autoria própria



Figura 6 – Acesso á salas de aulas por escadas

Fonte: Aatoria própria

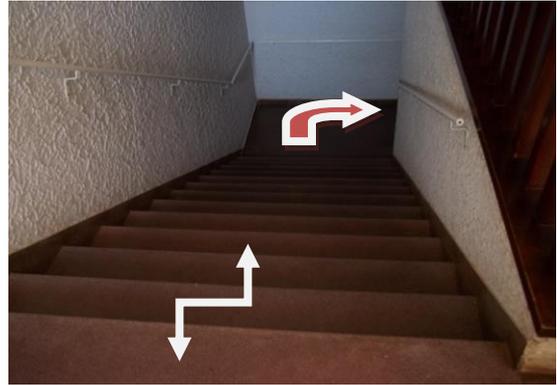


Figura 7 - Acesso à biblioteca com degraus e escadaria escorregadia

Fonte: Aatoria própria



Figura 8 - Acesso á sala de aula com degraus escorregadios e sem corrimão.

Fonte: Aatoria própria



Figura 9 - Banheiros sem adaptação com pias altas demais e piso escorregadio.

Fonte: Aatoria própria

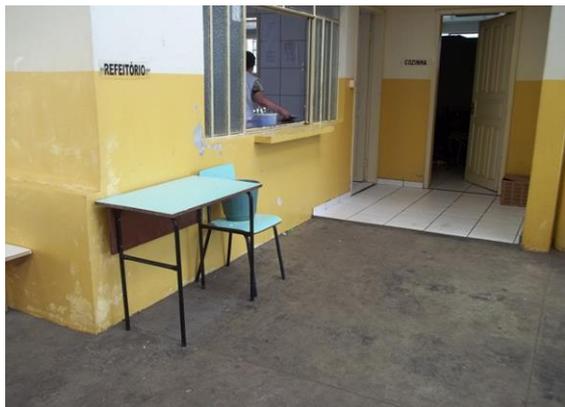


Figura 10 – Balcão da cantina sem acesso
Fonte: Autoria própria

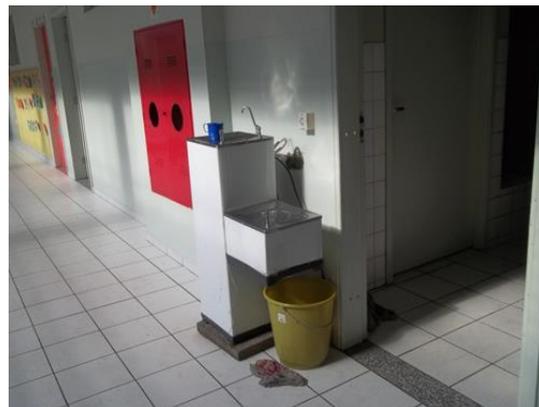


Figura 11 – Bebedouro adaptado, sem sinalização adequada.
Fonte: Autoria própria

As adaptações existentes nas escolas ocorrem de acordo com a necessidade, ou seja, se não tem nenhum aluno deficiente matriculado, não existe a preocupação na realização das adaptações arquitetônicas.

De acordo com Machado (1999 p. 79), as crianças portadoras de deficiência física têm capacidade cognitiva semelhante a de colegas e podem realizar as atividades com bom desempenho desde que as limitações físicas sejam contornadas. A grande limitação é o deslocamento na escola, na maioria dos casos há dificuldades em relação às edificações da escola e dificuldades em relação às escadas.

Foi observado também que quase todas as escolas têm algum tipo de barreiras no acesso à entrada como calçada irregular, tampa ou grelha para escoamento das águas de chuvas.

Mesmo nas escolas onde existem as rampas, falta barra de apoio ou corrimão e, em 61% das escolas existem desníveis nos acessos às salas de aulas.



Figura 12 - Desnível na entrada da sala de aula.
Fonte: Autoria própria



Figura 13 – Acesso à escola com grelha e degrau.
Fonte: Autoria própria

Conforme a norma de acessibilidade atualizada para PDF⁵ nas escolas, no item “8.6.4 “Pelo menos 5% dos sanitários, com no mínimo um sanitário para cada sexo, de uso dos alunos, devem ser acessíveis”.

Recomenda-se, além disso, que “pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.” Nas salas de aula, quando houver mesas individuais para alunos, “pelo menos 1% do total de mesas, com no mínimo uma para cada duas salas de aula, deve ser acessível a P.C.R⁶.” e no item “8.6.9. “todos os elementos do mobiliário urbano da edificação como bebedouros, guichês e balcões de atendimento, bancos de alvenaria, entre outros, devem ser acessíveis”.

Conforme foi verificado, nas escolas em que existem banheiros adaptados, em nenhuma delas existe a preocupação com a sinalização, em uma das escolas existe a barra de apoio fixada próximo à bacia, mas o espaço para o deslocamento da cadeira de rodas é estreito, em outra escola os banheiros ficam trancados à chave sendo aberto somente se alguém requisitar o uso já em outra, conforme figura 10, o banheiro é adaptado porém, existe um desnível próximo à bacia sanitária que dificulta o movimento do cadeirante.



Figura 14 - Banheiro adaptado, sem sinalização
Fonte: Autoria Própria

Quanto ao mobiliário, em três escolas existem carteiras adaptadas, e em 43%, os bebedouros são acessíveis porém 100% não possuem a sinalização adequada. e 1% com piso escorregadio.

⁵ PDF: Portadoras de Deficiência Física.

⁶ PCR: Pessoas em Cadeira de Rodas



Figura 15 - Escola adaptada sem sinalização
Fonte: Autoria Própria

De acordo com as normas da ABNT NBR 9050/2004, “a indicação de acessibilidade das edificações, do mobiliário, dos espaços e dos equipamentos urbanos deve ser feita por meio do símbolo internacional de acesso. A representação do símbolo internacional de acesso consiste em pictograma branco sobre fundo azul” (referência Munsell 10B5/10 ou Pantone 2925 C).

Este símbolo pode, opcionalmente, ser representado em branco e preto (pictograma branco sobre fundo preto ou pictograma preto sobre fundo branco), conforme figura 16. A figura deve estar sempre voltada para o lado direito. Nenhuma modificação, estilização ou adição deve ser feita a este símbolo.

O símbolo internacional de acesso deve indicar a acessibilidade aos serviços e identificar espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos onde existem elementos acessíveis ou utilizáveis por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Esta sinalização deve ser afixada em local visível ao público, sendo utilizada principalmente nos seguintes locais, quando acessíveis: entradas, áreas e vagas de estacionamento de veículos, áreas acessíveis de embarque/desembarque, sanitários, áreas de assistência para resgate, áreas de refúgio, saídas de emergência, áreas reservadas para pessoas em cadeiras de rodas, equipamentos exclusivos para uso de pessoas portadoras de deficiência.



a) Branco sobre fundo azul



b) Branco sobre fundo preto



c) Preto sobre fundo branco

Figura 16 – Sinalização universal
Fonte: ABNT NBR 9050/2004

Neste contexto, torna-se de extrema importância a sinalização adequada em todos os ambientes escolares que apresentem espaços acessíveis.

De acordo com as figuras 17, 18 e 19 abaixo, as adaptações foram realizadas sem nenhuma ajuda técnica, de acordo com a necessidade da escola em adequar o ambiente e torna-lo mais acessível, mas como podemos observar é praticamente impossível para um cadeirante subir estas rampas sem a ajuda de outra pessoa.



Figura 17 - Rampa de acesso sem corrimão.

Fonte: Autoria própria



Figura 18 - Rampa em construção com corrimão muito alto.

Fonte: Autoria própria



Figura 19 – Acesso à escola com escadas e rampa sem corrimão e com piso irregular

Fonte: Autoria própria

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, após realizadas as entrevistas nas escolas da rede pública de ensino fundamental de 1º ao 5º ano da cidade de Telêmaco Borba, foi observado que a maioria das instituições de ensino não estão adaptadas aos deficientes físicos e apenas uma escola foi construída com projeto de favorecer a acessibilidade dos portadores de deficiência física ou mobilidade reduzida.

A verba proveniente do PDDE acessibilidade não é suficiente para a realização de todas as mudanças necessárias, por isso as escolas onde a gestão é democrática e existe a participação da comunidade local e dos colegiados (APMF, Conselhos Escolares e até Associação de Moradores), as mudanças estão acontecendo aos poucos, pudemos observar que algumas adaptações são somente para dar uma amenizada no problema e tornar mais acessível o ambiente escolar, porém as adaptações ocorrem fora do padrão exigido pelas normas da ABNT.

Através das visitas realizadas nas escolas, verificou-se que a falta de estrutura está presente em 22 escolas, ou se tem rampa sem corrimão, piso irregular, falta de bebedouro, degraus, etc, ou não se tem nenhum tipo de adaptação como foi observado em duas destas 22 escolas.

Os responsáveis por algumas escolas buscam apoio de pais e através da conscientização da comunidade para realizar as adaptações básicas necessárias para receber os portadores de deficiência física ou mobilidade reduzida e demais pessoas, porque a verba destinada para este fim não é suficiente.

A legislação atual tem ajudado muito para que as autoridades tomem algumas atitudes frente às mudanças que vem acontecendo, porém, ainda é insuficiente, pois melhorar a acessibilidade arquitetônica ainda constitui um desafio, cabe não só ao poder público municipal buscar a solução para a resolução dos problemas existentes no espaço escolar, mas também a direção o estabelecimento que conhece e vivencia diariamente com as mais variadas situações que exigem mudança de postura diante destas situações, pois as escolas ficam esperando o aluno com deficiência física ou mobilidade reduzida se matricular para fazer as modificações necessárias e quando o fazem, são fora das normas estabelecidas, em alguns casos impossíveis de serem usadas por um portador de deficiência.

Nas escolas onde a administração escolar esta estruturada na lógica em que o diretor é responsável pela supervisão e controle de todas as atividades e cabe aos

funcionários e demais participantes cumprir suas funções ali estabelecidas, a mudança jamais ocorrerá de acordo com o interesse da sociedade.

Mas na escola onde a gestão realmente é democrática, o gestor escolar trabalha em conjunto com alunos, professores, funcionários e comunidade escolar na busca da solução para os problemas e não fica só esperando as ações do poder público.

Sabemos que o gestor escolar enfrenta muitas leis, pareceres e decretos que dificultam que as ações sejam tomadas de acordo com o que é necessário e em local distinto. Além de dificuldades financeiras, falta recurso humano e a maioria dos prédios escolares públicos são antigos e mal estruturados.

O gestor escolar deve pensar coletivamente, distribuindo as responsabilidades e buscando apoio da comunidade escolar, empresas privadas, entre outros meios disponíveis para tornar possível o que antes parecia difícil. Deve também criar mecanismos que facilitem a participação da comunidade na tomada de decisões, fortalecidos por um conselho escolar eleito pela própria comunidade, não escolhida a dedo pelo gestor.

Portanto, a mudança de atitudes frente à diferença e o repensar do trabalho desenvolvido nas escolas é um dos desafios a ser superado para a garantia do acesso e da permanência com êxito dos alunos nas instituições escolares e nos demais espaços sociais.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos** – NORMA BRASILEIRA Segunda edição 31.05.2004 Válida a partir de 30.06.2004.

_____. **Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano** – NBR 9050. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.

ALVES, A. J. **O planejamento de pesquisas qualitativas em educação**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 77, p. 53-61, maio, 1991. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR540368_8017.pdf. Acesso em 20/10/2012.

ALVES, M. (2006). **“Mobilidade e acessibilidade: conceitos e novas práticas”**. Indústria e Ambiente.

Bastos Silva, A. e J. P. Silva. **“Estratégias de gestão da mobilidade em pólos universitários.”** Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra, Coimbra. 2008 Disponível em: http://www.dpp.pt/Lists/Pesquisa%20Avanada/Attachments/3219/Indicadores_Acessibilidade.pdf. Acesso em 24/10/2012.

BAUMEL, R. C. R. de C. **Formação de professores: algumas reflexões**. In: BAUMEL, R. C.R. de C. & RIBEIRO, M. L. S. (orgs.). Educação Especial: do querer ao fazer. São Paulo: Ed. Avercamp, p. 27-40, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**, DF: Senado, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 9394/96.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Adaptações Curriculares: Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília, 1999b.

BRASIL. **Decreto n. 5.296, de 2 de Dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de Novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas e 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2004.

BRASIL. Secretaria da Educação Especial. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**: Brasília: MEC/SEESP, 2006b.

BRASIL. PL 8035/2011 – **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação**.

BRAUN, P., PLETSCH, M. D & SODRÉ, J. **A formação inicial e continuada de recursos humanos para a prática docente frente à educação inclusiva**. In: NUNES SOBRINHO, F de P. (ORG.). **Inclusão educacional – pesquisa e interfaces**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, p. 62-78, 2003.

BUENO, J. G. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas**. Revista Brasileira de Educação Especial, vol. 3. n.5, 7-25, 1999.

_____. **A inclusão de alunos diferentes nas classes comuns do ensino regular**. Temas do Desenvolvimento, v.9 n° 54, p. 21-27, 2001.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação: 2005

DEC 5.296/2004 (DECRETO DO EXECUTIVO) 02/12/2004. **Regulamentação das Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm - Acesso em 21/10/2012

DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 24/10/2012

FERREIRA, J. R. e GLAT, R. **Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização**. In: SOUZA, D. B. & FARIA, L. C. M. 10 (Orgs.) **Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 372-390, 2003.

GLAT, R, FONTES, R de S, PLETSCH, M D, **Uma breve reflexão sobre o papel da Educação Especial frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino**. Disponível em : http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/livros_artigos/pdf/unigranrio.pdf. Acesso em: 10/11/2012

GLAT, R.& NOGUEIRA, M. L. de L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. In: **Revista Integração**. vol. 24, ano 14; Brasília: MEC/SEESP, p.22-27, 2002.

_____. & OLIVEIRA, E. da S. G. **Adaptações Curriculares**. Relatório de consultoria técnica, projeto Educação Inclusiva no Brasil: Desafios Atuais e

Perspectivas para o Futuro. Banco Mundial, 2003. Disponível em <http://www.cnotinfor.pt/inclusiva>. Acesso em: 10/11/2012

GIULIANO, G. et al. (2003). "Travel Patterns of the Elderly: The role of land use. Final report, Metrans Project". Disponível em: FERREIRA, Dora Isabel Rodrigues, **Indicadores de Acessibilidade. Contributos para a Síntese de Conhecimento(*)** Junho de 2011 Coordenação: Natalino Martins Edição: Divisão de Informação e Comunicação Editor: Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais - Disponível em: www.dpp.pt/Lists/.../Attachments/.../Indicadores_Acessibilidade.pdf - Acesso em 10/11/2012.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENESEP2006_TR540368_8017.pdf. Acesso em 20/10/2012.

GOROVITZ, Matheus. **Sobre a Qualificação Estética do Objeto, ou da Graça e da Dignidade**. São Paulo: Projeto e Design, 2003. Disponível em: <http://www.annq.org/congresso2011/arquivos/1300406055.pdf>. Acesso em 24/10/2012.

Hanson, S. **The context of urban travel – concepts and recent trends**. In **The geography of urban transportation**, 3ª Edition 2004; pp. 3 – 29. Disponível em: http://www.dpp.pt/Lists/Pesquisa%20Avanada/Attachments/3219/Indicadores_Acessibilidade.pdf. Acesso em 24/10/2012.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> - Acesso em 24/10/2012

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/> - Acesso em 24/10/2012

IPARDES. **Anuário Estatístico do Estado do Paraná – 2005, 2006, 2007, 2008, 2009**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br> – Acesso em 24/10/2012.
IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos Estatísticos do Município de Telêmaco Borba. Jan. 2009, Ago. 2009, Ago.2010, Maio 2011**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br> – Acesso em 24/10/2012.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Ipeadata. Disponível em: PEDROSO, R. **Telêmaco Borba: Histórias dentro da História**. Telêmaco Borba: 2011. PMTB. **Plano Diretor de Desenvolvimento de Telêmaco Borba. “Telêmaco Borba, Construindo O Futuro”. Perfil sócio econômico**. Nov. 2005. Disponível em: www.pmtb.pr.gov.br. Acesso em 24/10/2012.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas.

São Paulo: EPU, 1986. *Revista "Educação Especial" v. 22, n. 34, maio/ago. 2009, Santa Maria Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial> Acesso em 20/12/2012.*

MACHADO F. **As dificuldades do aluno portador de deficiência física no processo de adaptação social em escola regular no município de Porto Alegre.** 1996. Apud: (Monografia). Canoas: Universidade Luterana do Brasil, 1999, 79p. Disponível em: REVISTA NEUROCIÊNCIAS V14 N1 - JAN/MAR, 2006 (0010-014) Acesso em 21/10/2012.

MACIEL, MARIA REGINA CAZZANIGA. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social.** São Paulo Perspec. 2000, vol.14, n.2 . ISSN 0102-8839. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200008&script=sci_arttext>. Acesso em 14/10/2012

MARQUES, Luciana Pacheco, MARQUES, Carlos Alberto. **Do universal ao múltiplo: os caminhos da inclusão.** In: LISITA, Verbena Moreira S. de S. e SOUSA, Luciana Freire E.C.P. (orgs.) Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 223-239. Disponível em: http://www.ufjf.br/espacoeducacao/files/2009/11/cc07_1.pdf Acesso em 11/10/2012.

MATISKEI, A. C. R. M. **Políticas Públicas de Inclusão Educacional: Desafios e Perspectivas.** Educar em Revista. Curitiba: UFPR, n. 23, p. 185-202, 2004. Dossiê: Educação Especial.

MATTOS, Graciele Fernandes Ferreira. **Gestão Democrática e Inclusão Escolar: Um possível diálogo.** Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/6-Texto-Revista-EducacaoC3%A7%C3%A3o-em-Foco-Graciele-resumo-abstrat.pdf> – Acesso em 21/10/2012.

MENDES, E. G. **Perspectivas atuais da educação inclusiva no Brasil.** In: Anais do III Encontro de Educação Especial da UEM. Maringá: Editora UEM, p.15-37. 2001. Apud: **Uma breve reflexão sobre o papel da Educação Especial frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino.** Publicado em: *Cadernos de Educação 6: Inclusão Social Desafios de uma Educação Cidadã.* UNIGRANRIO. Editora, Rio de Janeiro, p. 13-30, nov., 2006. ISSN: 1679-6349.

_____. **Desafios atuais na formação do professor em Educação Especial.** In: Revista Integração. vol. 24, ano 14; Brasília: MEC / SEESP, pg 12-17. 2002.

_____. **Concepções atuais sobre Educação Inclusiva e suas implicações políticas e pedagógicas.** In: MAQUERZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A; & TANAKA, D. O. (Orgs.): Educação Especial: políticas e concepções sobre deficiência. Londrina: EDUEL, p. 25-41, 2003.

MORAES, Marina Grava de, **Acessibilidade e Inclusão em Escolas** – Bauru – 2007 – Disponível em:

<http://www.fc.unesp.br/upload/pedagogia/TCC%20Marina%20Grava%20%20Final.pdf>
f. Acesso em 10/10/2012

MORAES, R. **Um novo olhar sobre a cidade**. O papel do município em acessibilidade. Recife, p. 5, 2004.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades**. **Cadernos de Pesquisas em Administração**, v. 1, n.3, 2º sem., 1996. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR540368_8017.pdf. Acesso em 20/10/2012.

PATTON, M. **Qualitative research and evaluation methods**. Londres, Thousand Oaks : Sage Publications, 2002. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR540368_8017.pdf. Acesso em 20/10/2012.

PLETSCH, M. D. **O ensino itinerante como suporte para educação inclusiva em escolas da rede municipal de educação do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2005.

_____. & FONTES, R. de S. **La inclusión escolar de alumnos con necesidades especiales: directrices, prácticas y resultados de la experiencia brasileña**. In: Revista Educar: revista de Educación, nº 37. Jalisco, México, p. 87-97, 2006. . Apud: **Uma breve reflexão sobre o papel da Educação Especial frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino**. Publicado em: *Cadernos de Educação 6: Inclusão Social Desafios de uma Educação Cidadã*. UNIGRANRIO. Editora, Rio de Janeiro, p. 13-30, nov., 2006. ISSN: 1679-6349.

PMTB. **Plano Diretor de Desenvolvimento de Telêmaco Borba. “Telêmaco Borba, Construindo O Futuro”**. Perfil sócio econômico. Nov. 2005. Disponível em: www.pmtb.pr.gov.br. Acesso em 17/10/2012.

RODRIGUES, D. **Inclusão e educação – doze olhares sobre a educação inclusiva**. Editora Smmus, São Paulo, 2006.

SASSAKI, R. **Entrevista especial à Revista Integração**. Revista Integração. MEC:Brasília, v. 8, n.20, p.09-17, 1998.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3 ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão/Construindo uma sociedade para todos**. 7.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SME. **Secretaria Municipal de Educação de Telêmaco Borba**.

SOLER, R. **Educação física inclusiva: em busca de uma escola plural**. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. [Adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, de 7 a 10 de Junho de 1994]. Genebra, Unesco, 1994. Disponível em <<http://www.regra.com.br/educacao/>> Acesso em: 17/10/2012.

ANEXOS



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL



Questionário sobre acessibilidade

Nome da

Escola: _____

- 1) A Escola que você trabalha possui as adaptações necessárias para receber alunos com deficiência física?
- 2) Nesta Escola existem alunos matriculados que apresentam deficiência física? Quantos?
- 3) Qual/is o/s tipo/s os tipos de deficiência apresentada por esses alunos?
- 4) Existem barreiras físicas ou obstáculos nas dependências da escola que poderiam dificultar a acessibilidade?
- 5) Se sim. De que forma esses obstáculos são superados pelas pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida?
- 6) A Escola possui mobiliário adequado ao atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida?
- 7) Quais dos itens abaixo seriam necessários para a eliminação de barreiras e promoção da acessibilidade no ambiente escolar?
() rampas () guia rebaixada () corrimão () banheiros adaptados
() portas acessíveis () mobiliário adaptado
- 8) Outros (citar):



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA
ESTADO DO PARANÁ

PODER EXECUTIVO

AUTORIZAÇÃO

Autorizamos IVONETE MARIA DA SILVA ALMEIDA a utilizar as Fotos das Escolas da Rede Municipal de Ensino no Trabalho do Curso de Gestão Pública Municipal da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Telêmaco Borba, 21 de dezembro de 2012.


João Ivanir de Moraes
Secretário Municipal de Educação

Telêmaco Borba, 24 de setembro de 2012

Ilmo. Sr.

Roberto Stock

Secretário de Finanças da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba

REQUERIMENTO

Eu, Ivonete Maria da Silva Almeida, residente a Av. Ipê Roxo, 285, Jardim Monte Carlo, telefone celular (42) 9916-8446, e-mail: isilalmeida@gmail.com, RG 8249790-0, CPF: 083.713.358-80, aluna do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, estou realizando uma Monografia para conclusão do referido Curso, cujo tema é "Acessibilidade física nas escolas públicas Municipais".

Sabendo das escolas que foram contempladas com o recebimento da verba do PDDE Acessibilidade no ano de 2010 (conforme informações no site da prefeitura) e, para o desenvolvimento do tema em questão, necessito de informações e dados sobre os itens relacionados abaixo:

1. De que forma é feita a escolha das escolas que receberão as verbas para as adaptações necessárias para acolher alunos deficientes ou com mobilidade reduzida?
2. Quais as escolas municipais que foram contempladas no segundo repasse da verba pelo programa?
3. Quando o programa teve início?
4. O Programa contemplará todas as escolas municipais?
5. De onde provem os recursos para a realização do Programa?
6. Qual o valor total destinado ao Programa PDDE Acessibilidade?
7. A verba é suficiente para a realização de todas as reformas necessárias para que a acessibilidade física seja realidade nas escolas?
8. Se sim, qual a previsão para que todas as escolas municipais estejam prontas para receber os alunos com mobilidade reduzida e os deficientes físicos?
9. Se não, o que poderá ser feito para que este problema de acessibilidade seja amenizado?
10. Além do repasse da verba do PDDE Acessibilidade, existe outro projeto para a realização das adaptações necessárias de acordo com a lei vigente para que se realize a inclusão dentro da premissa Educação de qualidade para todos? Se sim, existe previsão para ser efetivado?

Desde já agradeço

Atenciosamente,

Ivonete Maria da Silva Almeida

ABNT NBR 9050:2004

© ABNT 2004 — Todos os direitos reservados

Prefácio

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o Fórum Nacional de Normalização.

As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB), dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS) e das Comissões de Estudo Especiais Temporárias (ABNT/CEET), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas por representantes dos setores envolvidos, delas fazendo parte: produtores, consumidores e neutros (universidades, laboratórios e outros).

A ABNT NBR 9050 foi elaborada no Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB 40), pela Comissão de Edificações e Meio (CE-40:001.01). O Projeto circulou em Consulta Pública conforme Edital nº 09 de 30.09.2003, com o número Projeto NBR 9050.

Esta Norma substitui a ABNT NBR 9050:1994.

6.2 Acessos - Condições gerais

6.2.1 Nas edificações e equipamentos urbanos todas as entradas devem ser acessíveis, bem como as rotas de interligação às principais funções do edifício.

6.2.2 Na adaptação de edificações e equipamentos urbanos existentes deve ser previsto no mínimo um acesso, vinculado através de rota acessível à circulação principal e às circulações de emergência, quando existirem. Nestes casos a distância entre cada entrada acessível e as demais não pode ser superior a 50 m.

6.2.3 O percurso entre o estacionamento de veículos e a(s) entrada(s) principal(is) deve compor uma rota acessível. Quando da impraticabilidade de se executar rota acessível entre o estacionamento e as entradas acessíveis, devem ser previstas vagas de estacionamento exclusivas para pessoas com deficiência, interligadas à(s) entrada(s) através de rota(s) acessível(is).

6.2.4 Quando existirem catracas ou cancelas, pelo menos uma em cada conjunto deve ser acessível.

A passagem por estas deve atender a 4.3.3 e os eventuais comandos acionáveis por usuários devem estar à altura indicada em 4.6.7.

6.2.5 Quando existir porta giratória ou outro dispositivo de segurança de ingresso que não seja acessível, deve ser prevista junto a este outra entrada que garanta condições de acessibilidade.

6.2.6 Deve ser prevista a sinalização informativa, indicativa e direcional da localização das entradas acessíveis de acordo com a seção 5.

6.2.7 Acessos de uso restrito, tais como carga e descarga, acesso a equipamentos de medição, guarda e coleta de lixo e outras com funções similares, não necessitam obrigatoriamente atender às condições de acessibilidade desta Norma.

6.7.1 Corrimãos

6.7.1.1 Os corrimãos devem ser instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas.

6.7.1.2 Os corrimãos devem ter largura entre 3,0 cm e 4,5 cm, sem arestas vivas. Deve ser deixado um espaço livre de no mínimo 4,0 cm entre a parede e o corrimão.

Devem permitir boa empunhadura e deslizamento, sendo preferencialmente de seção circular, conforme figura 85.

Dimensões em centímetros

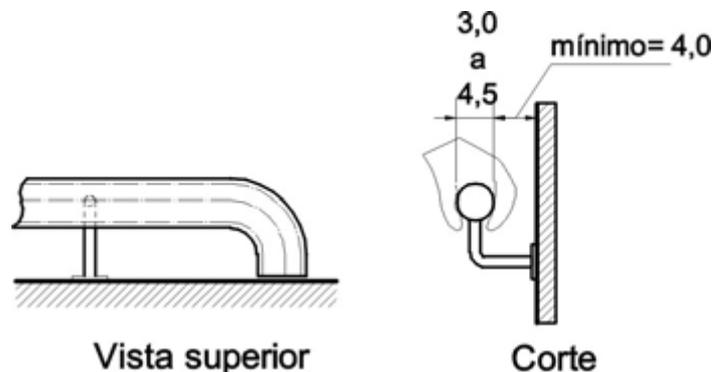


Figura 85 — Empunhadura de corrimão – Exemplo ABNT NBR 9050:2004

6.7.1.3 Quando embutidos na parede, os corrimãos devem estar afastados 4,0 cm da parede de fundo e 15,0 cm da face superior da reentrância, conforme demonstrado na figura 15.

6.7.1.4 Os corrimãos laterais devem prolongar-se pelo menos 30 cm antes do início e após o término da rampa ou escada, sem interferir com áreas de circulação ou prejudicar a vazão. Em edificações existentes, onde for impraticável promover o prolongamento do corrimão no sentido do caminamento, este pode ser feito ao longo da área de circulação ou fixado na parede adjacente, conforme figura 86.

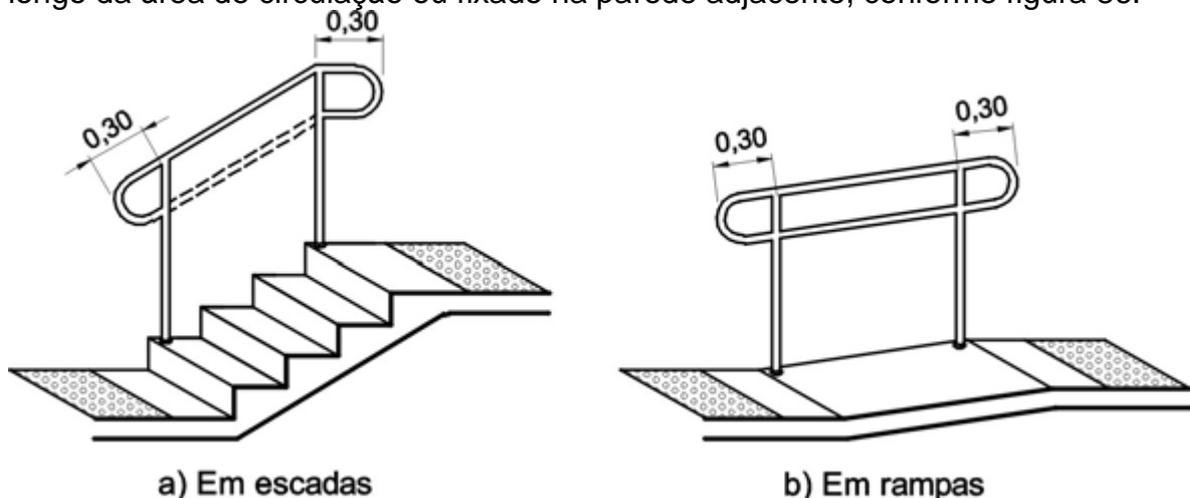


Figura 86 — Prolongamento do corrimão – Exemplos ABNT NBR 9050:2004

6.7.1.5 As extremidades dos corrimãos devem ter acabamento recurvado, ser fixadas ou justapostas à parede ou piso, ou ainda ter desenho contínuo, sem protuberâncias, conforme figuras 87 a 89.

6.7.1.6 Para degraus isolados e escadas, a altura dos corrimãos deve ser de 0,92 m do piso, medidos de sua geratriz superior. Para rampas e opcionalmente para escadas, os corrimãos laterais devem ser instalados a duas alturas: 0,92 m e 0,70 m do piso, medidos da geratriz superior.

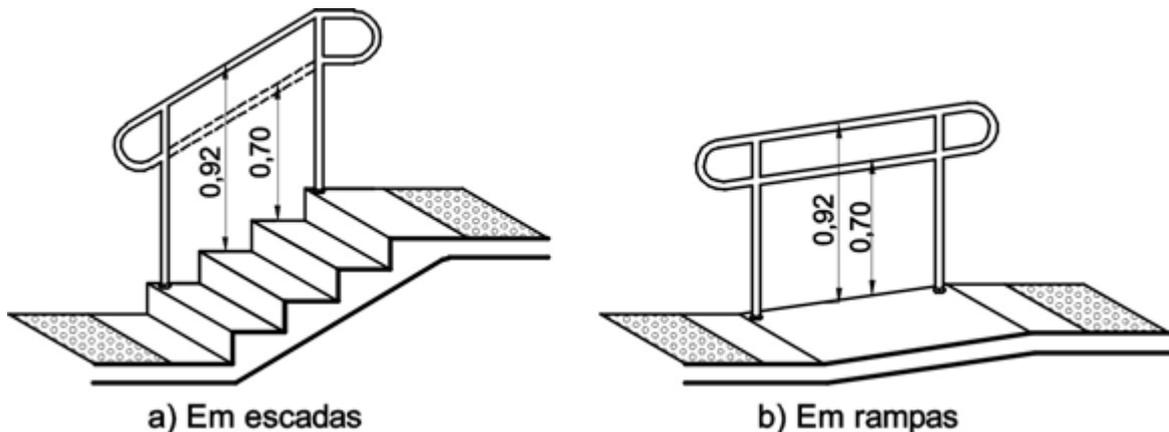


Figura 87— Altura dos corrimãos em rampas e escadas – Exemplos
ABNT NBR 9050:2004

6.7.1.7 Os corrimãos laterais devem ser contínuos, sem interrupção nos patamares das escadas ou rampas, conforme exemplos ilustrados na figura 88.

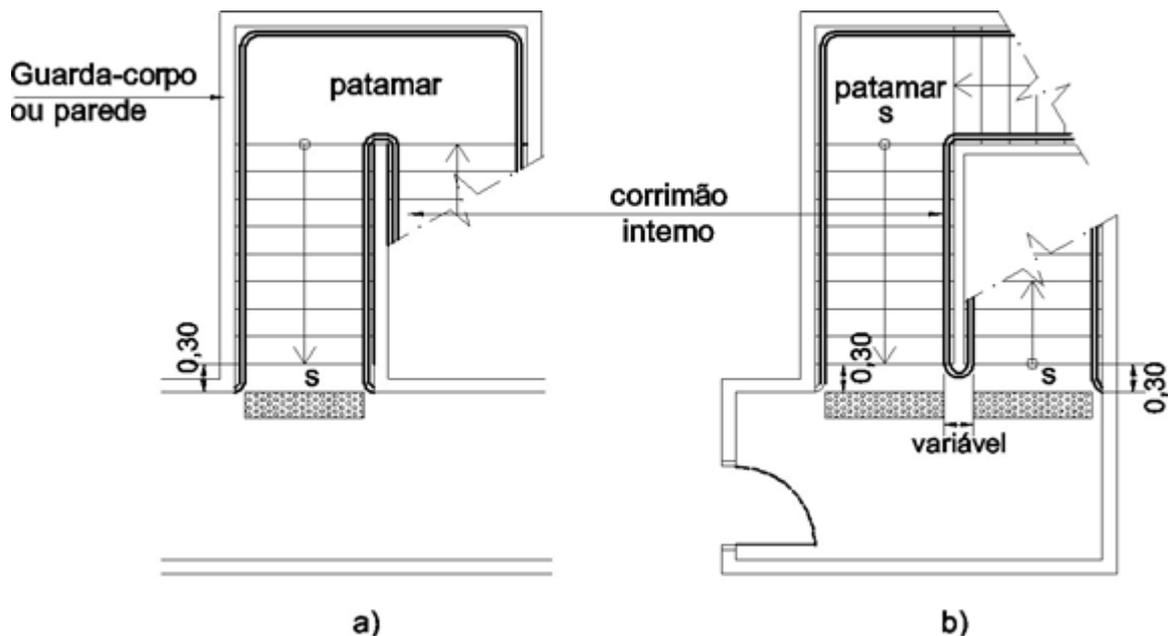


Figura 88 — Corrimãos laterais em escadas – Exemplos
ABNT NBR 9050:2004

6.7.1.8 Quando se tratar de escadas ou rampas com largura superior a 2,40 m, é necessária a instalação de corrimão intermediário. Os corrimãos intermediários somente devem ser interrompidos quando o comprimento do patamar for superior a 1,40 m, garantindo o espaçamento mínimo de 0,80 m entre o término de um segmento e o início do seguinte, conforme figura 89.

Vista superior

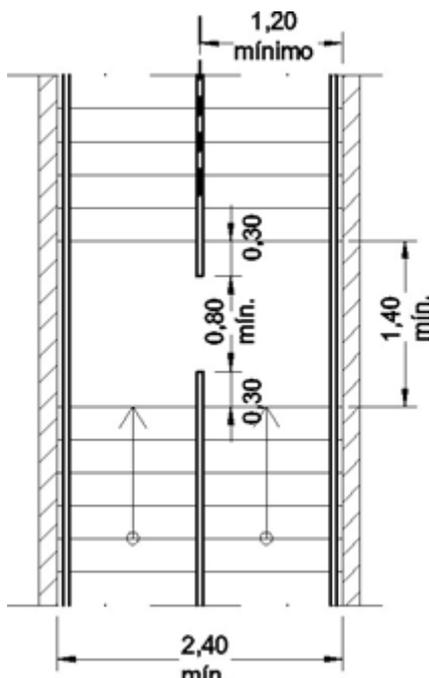


Figura 89— Corrimão intermediário
ABNT NBR 9050:2004

6.7.2 Guarda-corpos

As escadas e rampas que não forem isoladas das áreas adjacentes por paredes devem dispor de guarda-corpo associado ao corrimão, conforme figura 90, e atender ao disposto na ABNT NBR 9077.

7 Sanitários e vestiários

7.1 Tolerâncias dimensionais

Os valores identificados como máximos e mínimos nesta seção devem ser considerados absolutos. Demais dimensões devem ter tolerâncias de mais ou menos 10 mm.

7.2 Condições gerais

Os sanitários e vestiários acessíveis devem obedecer aos parâmetros desta Norma no que diz respeito à instalação de bacia, mictório, lavatório, boxe de chuveiro, acessórios e barras de apoio, além das áreas de circulação, transferência, aproximação e alcance, conforme seção 4.

7.2.1 Localização e sinalização

Os sanitários e vestiários acessíveis devem localizar-se em rotas acessíveis, próximos à circulação principal, preferencialmente próximo ou integrados às demais instalações sanitárias, e ser devidamente sinalizados conforme 5.4.4.2.

Em sanitários acessíveis isolados é necessária a instalação de dispositivo de sinalização de emergência ao lado da bacia e do boxe do chuveiro, a uma altura de 400 mm do piso acabado, para acionamento em caso de queda.

7.2.2 Quantificação

Os sanitários e vestiários de uso comum ou uso público devem ter no mínimo 5% do total de cada peça

instalada acessível, respeitada no mínimo uma de cada. Quando houver divisão por sexo, as peças devem ser consideradas separadamente para efeito de cálculo. Recomenda-se a instalação de uma bacia infantil para uso de crianças e de pessoas com baixa estatura.

7.2.3 Sanitários familiares ou unissex

Em função da especificidade do local ou natureza de seu uso, recomenda-se prever, além dos já determinados, mais um sanitário acessível que possa ser utilizado por uma pessoa em cadeira de rodas com acompanhante, de sexos diferentes. Este sanitário deve possuir entrada independente e ser anexo aos demais sanitários. Recomenda-se que tenha uma superfície para troca de roupas na posição deitada, de dimensões mínimas de 0,80 m de largura por 1,80 m de comprimento e 0,46 m de altura, provida de barras de apoio, conforme 7.4.3.

8.6 Escolas

8.6.1 A entrada de alunos deve estar, preferencialmente, localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos.

8.6.2 Deve existir pelo menos uma rota acessível interligando o acesso de alunos às áreas administrativas, de prática esportiva, de recreação, de alimentação, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, centros de leitura e demais ambientes pedagógicos. Todos estes ambientes devem ser acessíveis.

8.6.3 Em complexos educacionais e campi universitários, quando existirem equipamentos complementares como piscinas, livrarias, centros acadêmicos, locais de culto, locais de exposições, praças, locais de hospedagem, ambulatórios, bancos e outros, estes devem ser acessíveis.

8.6.4 Pelo menos 5% dos sanitários, com no mínimo um sanitário para cada sexo, de uso dos alunos, devem ser acessíveis, conforme seção 7. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

8.6.5 Pelo menos 5% dos sanitários, com no mínimo um sanitário para cada sexo, de uso de funcionários e professores, devem ser acessíveis, conforme seção 7. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

8.6.6 Todos os elementos do mobiliário interno devem ser acessíveis, garantindo-se as áreas de aproximação e manobra e as faixas de alcance manual, visual e auditivo, conforme seções 4 e 9.

8.6.7 Nas salas de aula, quando houver mesas individuais para alunos, pelo menos 1% do total de mesas, com no mínimo uma para cada duas salas de aula, deve ser acessível a P.C.R. Quando forem utilizadas cadeiras do tipo universitário (com prancheta acoplada), devem ser disponibilizadas mesas acessíveis a P.C.R. na proporção de pelo menos 1% do total de cadeiras, com no mínimo uma para cada duas salas, conforme 9.3.

8.6.8 As lousas devem ser acessíveis e instaladas a uma altura inferior máxima de 0,90 m do piso. Deve ser garantida a área de aproximação lateral e manobra da cadeira de rodas, conforme 4.3 e 4.5.

8.6.9 Todos os elementos do mobiliário urbano da edificação como bebedouros, guichês e balcões de atendimento, bancos de alvenaria, entre outros, devem ser acessíveis, conforme seção 9.

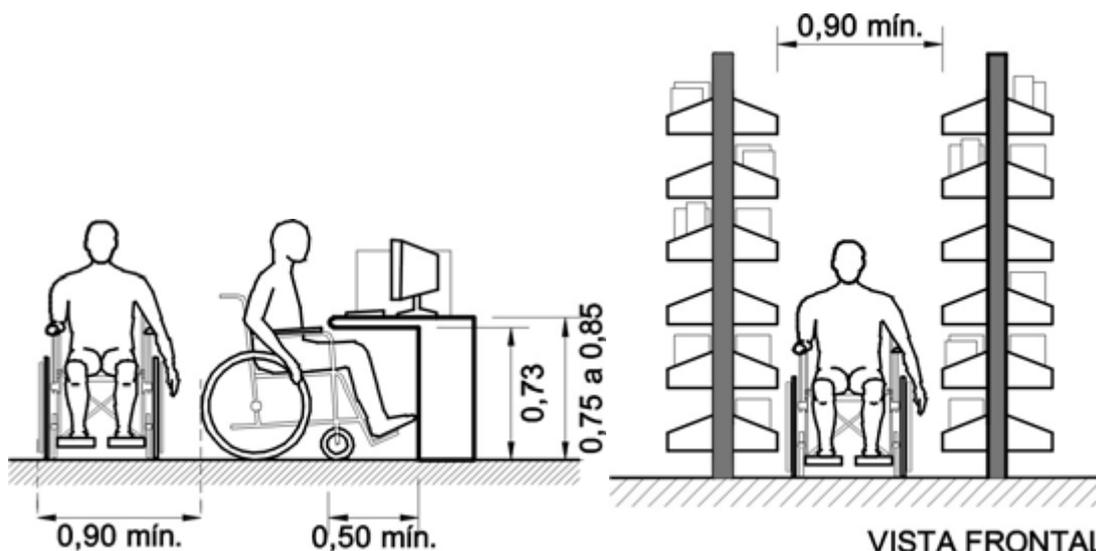
8.6.10 As escadas devem ser providas de corrimãos em duas alturas, conforme 6.7.1.6.

8.7 Bibliotecas e centros de leitura

8.7.1 Nas bibliotecas e centros de leitura, os locais de pesquisa, fichários, salas para estudo e leitura, terminais de consulta, balcões de atendimento e áreas de convivência devem ser acessíveis, conforme 9.5 e figura 157.

8.7.2 Pelo menos 5%, com no mínimo uma das mesas devem ser acessíveis, conforme 9.3. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

8.7.3 A distância entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura, conforme figura 158.



**Figura 157— Terminais de consulta
ABNT NBR 9050:2004**

**Figura 158— Estantes em bibliotecas
ABNT NBR 9050:2004**

Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se a rotação de 180°, conforme 4.3.

8.7.4 A altura dos fichários deve atender às faixas de alcance manual e parâmetros visuais, conforme 4.6 e 4.7.

8.7.5 Recomenda-se que as bibliotecas possuam publicações em Braille, ou outros recursos audiovisuais.

8.7.6 Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet devem ser acessíveis a P.C.R. e P.M.R. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

9.1 Bebedouros

9.1.1 Condições gerais

Deve ser prevista a instalação de 50% de bebedouros acessíveis por pavimento, respeitando o mínimo de um, e eles devem estar localizados em rotas acessíveis.

9.1.2 Altura e localização da bica

9.1.2.1 A bica deve estar localizada no lado frontal do bebedouro, possuir altura de 0,90 m e permitir a utilização por meio de copo, conforme figura 159.

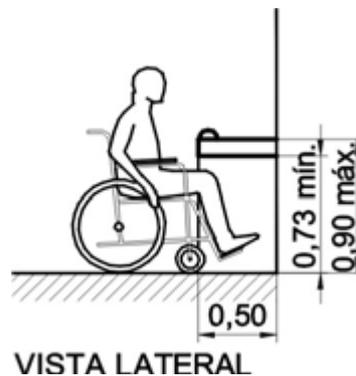
9.1.2.2 Os controles devem estar localizados na frente do bebedouro ou na lateral próximo à borda frontal (ver 4.6.7).

9.1.3 Área de aproximação

9.1.3.1 O bebedouro acessível deve possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso. Deve ser garantido um M.R. (ver 4.2.2) para a aproximação frontal ao bebedouro, podendo avançar sob o bebedouro até no máximo 0,50, conforme figura 159.

9.1.3.2 O acionamento de bebedouros do tipo garrafão, filtros com célula fotoelétrica ou outros modelos, assim como o manuseio dos copos, devem estar posicionados na altura entre 0,80 m e 1,20 m do piso acabado, localizados de modo a permitir a aproximação lateral de uma P.C.R.

9.1.3.3 Quando houver copos descartáveis, o local para retirada deles deve estar à altura de no máximo 1,20 m do piso.



Vista lateral

Figura 159 — Bebedouro — Exemplo
ABNT NBR 9050:2004